

Património, paisagens culturais, turismo, lazer e desenvolvimento sustentável. Parques temáticos vs parques patrimoniais

Nuno Martins

Escola Superior Artística do Porto (ESAP)

APD-PPM, Associação de Projecto e Desenvolvimento do Parque Patrimonial do Mondego.

Cláudia Costa

APD-PPM, Associação de Projecto e Desenvolvimento do Parque Patrimonial do Mondego.

Gabinete de investigação em Geografia da Saúde, Departamento de Geografia - Universidade de Coimbra

Resumo

O artigo foca algumas diferenças entre os conhecidos Parques Temáticos e os chamados Patrimoniais, estabelecendo critérios que facilitem a compreensão da dicotomia em jogo. A discussão terá como marco de referência os novos paradigmas - económicos, sociais e ambientais- bem como a experiência, em curso, de concepção de um parque patrimonial (PP) em Portugal. Como conclusão, reivindicam-se os PP's como instrumentos de projecto e gestão do território adequados a um desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave

Parques temáticos, Parques patrimoniais, Industrias do entretenimento, Património cultural, Paisagens culturais, Turismo cultural

Abstract

The aim of the research is to clarify the differences between well known theme parks and so-called heritage parks, by establishing criteria to understand the dichotomy. The discussion will take place in a framework of new social, economical as well as the environmental paradigms and will have as reference the own experience, in progress, of the conception of one heritage park. As main conclusions we can confirm that heritage parks are appropriate instruments for sustainable development and landscape management. Keywords

Key-Words

Theme parks, Heritage parks, Entertainment industries, Cultural heritage, Cultural landscapes, Cultural tourism

1. Introdução

Habituada a lucros astronómicos, à medida que afloraram os primeiros sinais de saturação do mercado, a indústria do entretenimento, dominada pelas grandes corporações, começou a dar sinais de mudança nas estratégias adoptada para os chamados *parques temáticos*.

De facto, durante largo período, sobretudo a partir da década de cinquenta os parques temáticos tornaram-se um produto sem rival no mercado do lazer, espécie de fonte inesgotável de lucros. Os anos noventa haveriam de trazer, contudo, uma aparentemente imprevista perda de público e consequente quebra acentuada de receitas, a qual chegou a colocar em causa a viabilidade económico-financeira de parques emblemáticos, como os da *Disney*. O caso talvez mais mediático, foi o da Eurodisney-Paris, envolvido em processos de despedimento em larga escala e para o qual chegou mesmo a equacionar-se o encerramento definitivo.

Face a este cenário ameaçador as *majors* não tardaram em reagir, abrindo novos parques com temas novos, ou reformulando os antigos, procurando, sem prejuízo da tónica colocada no divertimento, aproximar ambos das culturas locais e dos respectivos valores patrimoniais das comunidades onde se inserem. Esta inflexão táctica parece estar a dar os resultados esperados, tendo permitido relançar os parques de primeira geração e a afirmar, mais ou menos rapidamente, novos parques.

Malgrado o êxito financeiro alcançado, cabe dizer, do ponto de vista sociocultural, que este habilidoso piscar de olhos ao património não consegue ocultar a assimetria latente entre parques temáticos e os chamados *parques patrimoniais*, estes sim firmemente vinculados aos recursos patrimoniais locais.

Constata-se com demasiada frequência que aos olhos dos cidadãos (local ou turista, nacional ou estrangeiro, estudantes e até mesmo professores) *parques temáticos* e *parques patrimoniais* tendem a confundir-se, como se se tratassem do mesmo tipo de espaços de ócio. Talvez esta confusão se deva às semelhanças de nomenclatura e à inexistência de regimes jurídicos próprios. Importa, portanto, clarificar esta diferença entre um e outro tipo de parque, estabelecendo critérios que de futuro facilitem o discernimento da dicotomia que, defendemos, estar aqui em jogo. Procurando abrir caminho nesta abordagem comparativa, pesquisam-se, dentro do quadro europeu, padrões de distribuição geográfica de ambos tipos de parques, ao mesmo tempo que se assinalam os diferentes impactos associados, sobretudo os impactos ambientais e socioculturais adversos.

Adicionalmente, colocam-se um conjunto de questões às quais se pretenderá dar resposta neste artigo: os parques temáticos e os parques patrimoniais apresentam-se

com os mesmos critérios de sustentabilidade? Há um preço a pagar pelo êxito económico dos parques temáticos? Os parques patrimoniais apresentam-se como alternativas sustentáveis de revalorização ambiental e revitalização socioeconómica das paisagens culturais?

Enunciados os objectivos e temas que irão ser discutidos na presente investigação, resta acrescentar que esta discussão se fará à luz dos novos paradigmas – económicos, sociais, ambientais e institucionais e que terá como referência a experiência prática, própria, e em curso, da concepção e promoção de um parque patrimonial fluvial na região centro de Portugal.

Como conclusão, reivindicam-se, em detrimento dos parques temáticos, os parques patrimoniais como instrumentos de projecto e gestão do território adequados ao desenvolvimento sustentável. Esta opção reveste-se de particular importância quando se trata de intervir em territórios com determinadas especificidades: forte interioridade e grande afastamento de áreas metropolitanas; presença notável de valores patrimoniais; paisagens dotadas de grande valor cénico ou de conjuntos de vestígios históricos relacionados com antigas actividades laborais; áreas que apresentam acentuado declínio social e económico e onde coexistam áreas de mais forte sensibilidade ambiental; e, sobretudo, aqueles territórios onde todos estes rasgos acima enunciados coincidam e se acumulem. Estes territórios, ou paisagens culturais, apresentam-se como especialmente vocacionados para a implementação de parques patrimoniais.

2. Dois tipos de parques; definição e conceitos

2.1. Parques temáticos

Ainda que os primeiros exemplos datem do fim do século do XIX, e se situem nos Estados Unidos, é comum ler-se que o primeiro parque temático propriamente dito abriu ao público na Califórnia, em 1955 e foi mesmo o paradigmático *Disneyland*. Desde então, a indústria dos parques temáticos tem tido um crescimento exponencial tanto nos EUA como em todo o mundo, tanto em número de novos parques como no número de visitantes (Clavé, 1999).

Os parques temáticos são empreendimento de grande escala que utilizam temas diversos, ancorados no imaginário colectivo, adoptando como estratégia de mercado o estímulo da actividade turística. Por norma estes parques são concebidos com base num conceito que conjuga a fantasia e a ilusão de um novo mundo. Observa-se também que estes parques apostam numa forte identidade corporativa e implantam-se em áreas extensas e bem delimitadas, na qual “a realidade deve parecer um sonho e o sonho realidade” (Dybedal & Engebretsen, 1996; Zuchi & Barleto, 2002). Assim, a partir

de uma temática singular, os parques temáticos convidam o visitante a uma fuga da rotina através de uma viagem virtual a um mundo imaginário ou a um cenário histórico cuidadosamente recriado, sempre a pensar nas crianças, o seu principal público -alvo.

A implementação de um parque temático começa, porém, na caracterização social, económica, urbanística e comercial, da cidade e região onde pretende construir-se já que uma boa localização é um factor crítico (Clavé, 1999). Segue-se, como em qualquer investimento, a análise da viabilidade económico-financeira e jurídica do projecto e, posteriormente, a compra de equipamentos, funcionalmente sofisticados e fazendo uso de tecnologia de ponta; quase sempre importados, (Zuchi & Barleto, 2002).

Tendo em conta o enorme fluxo de visitantes que suscitam, os parques temáticos exigem serviços e infra-estruturas, contribuindo deste modo para o incremento das vias de circulação e infra-estruturação do espaço público na sua envolvente, como contrapartidas para o licenciamento.

Diversos são os factores a ter em consideração na hora de decidir a instalação de um parque temático (Luque, 2004). Como já se referiu, a localização é determinante. Como o número de visitantes de um parque temático é necessariamente muito elevado, devido à escala do investimento, costumam ser implantados em áreas periféricas de grandes cidades e dentro de áreas metropolitanas. Prevê-se que o turista viaje no máximo duas horas para se deslocar até o parque (Clavé, 1999) e tem-se em consideração o facto de os visitantes, na sua maioria, deslocarem-se a estes parques em pequenos grupos (em média, quatro ou cinco pessoas), em que metade são crianças. De facto, a principal motivação é a possibilidade de oferecer novas experiências às crianças, sendo que muitos apenas visitam um parque por ano mas visitam o mesmo parque várias vezes. Além disso, a maioria dos visitantes que estão em viagem, pernoitam num estabelecimento do município e visitam outras atracções que fiquem próximas do parque (Dybedal & Engebretsen, 1996).

Os parques temáticos são assim empreendimentos de animação turística inspirados em algo histórico, cultural, etnográfico, lúdico ou ambiental, característico ou não do local em que se insere, que ampliam a oferta ao nível do lazer, nas suas funções de recreação, divertimento e pedagogia, de uma região. De facto, num estudo realizado na Noruega, verificou-se que o aspecto da aprendizagem é cada vez mais considerado pelos visitantes na escolha por estes locais (Dybedal & Engebretsen, 1996). Este tipo de parques está também muito ligado ao conceito de “locais de consumo”. Por exemplo, Finn e Erdem (1995) analisaram o desenvolvimento de “mega-centros comerciais”, como atracções turísticas e a combinação do conceito de “ir às compras” com o de parques temáticos, como um factor importante no desenvolvimento do turismo urbano.

Podemos agrupar os vários parques temáticos de acordo com os temas em torno dos

quais se baseia a sua criação e organização: de carácter histórico (*Camelot*, Inglaterra), baseados em personagens míticos ou de fantasia (*Asterix*, França), de carácter natural (*SeaWorld*, EUA), concentrados nos multimédia e nas novas tecnologias (*Futuroscope*, França), baseados na geografia e civilizações passadas (*Port Aventura*, Espanha), baseados na indústria cinematográfica (*Universal Studios e Diysney*, EUA), associados a um produto particular (*Opel Livre*, Alemanha) ou baseados no desporto (*Parc del Barça*, Espanha).

2.2. Parques patrimoniais

O conceito nasce quase em simultâneo na Europa, com a recuperação da cidade da indústria do algodão de *New Lanark* e nos Estados Unidos, com a criação do do Parque Nacional do Carvão, ambos datados de 1972. Mas foi sobretudo na América com a seguinte renovação da *Company Town* de *Lowell*, ainda nos anos setenta, que a recuperação das chamadas *áreas patrimoniais* (assim declaradas pelo Congresso Americano) ganha expressão graças às políticas oficiais da administração e à entrada em vigor de legislação protectora (Frencham, 2005). A operacionalização destas políticas ficou desde muito cedo entregue ao *National Park Service* (NPS) – agência federal criada em 1916 - que haveria de promover e gerir centenas de parques, sobretudo ao longo dos anos oitenta e noventa, a maior parte deles tematicamente relacionados com a história da América (Frencham, 2005). Através da reconstituição da narrativa de como se ergueu a nação americana, num trabalho em que se aliam estudos científicos, preservação natural e patrimonial e intuítos lúdicos, pedagógicos e turísticos, o NPS vem impulsionando a recuperação social e económica de áreas em perda ou em risco, de *Company Towns*, as infraestruturas do caminho-de-ferro desactivadas, de sítios arqueológicos a reservas naturais.

Por seu lado, na Europa, nos anos setenta assiste-se a um crescente interesse por recuperar e patrimonializar estruturas físicas abandonadas ou em decadência ligadas a actividades laborais. Foram os casos da pesca na Escandinávia, ou das minas como em França, tomando-se em ambos a designação de *ecomuseus* (Rivière, 1976).

Conotável com o movimento ideológico da nova museologia (Unesco, 1973) este novo conceito supera o de espaço expositivo de tradição neo-clássica e traduz a ideia de um museu voltado para a comunidade. Em harmonia com os ecossistemas naturais e humanos em que se insere, o *ecomuseu* pode desdobrar-se em vários pólos, espalhados pelo próprio cenário histórico, cenário que se pretende musealizar de modo interactivo.

Para os efeitos da nossa argumentação, *áreas patrimoniais* ou *ecomuseus* adquirem um significado semelhante: o de revalorização e revitalização de paisagens culturais, urbanas ou rurais; o de repensar o território tomando como eixo do projecto os recursos patrimoniais. Um dos aspectos mais inovadores constitui a visão holística, compreensiva,

do conceito de património, que passa a englobar tantos os valores materiais como imateriais, incluindo, neste último campo, as tradições orais, bem como aspectos do quotidiano, os velhos ofícios, a memória colectivas, as lendas e os mitos...

Após estudar mais de cinquenta operações de reabilitação patrimonial de escala territorial, tanto nos EUA como na Europa, um grupo de investigação resultante de uma parceria entre o *Massachusetts Institute of Technology* e a *Universidad Politecnica de Catalunya*, optou por agrupá-las, renomeando-as agora de *parques patrimoniais*, conceito mais abrangente que permite sintetizar a ideia de uma área tratada com um “planeamento de base patrimonial” (Sabaté, 2004, Frenchman, 2005; Shuster, 2004; Bustamonte, 2004; Casas, 2004; Lista, 2004). Desta investigação resultou um conjunto de conclusões que marcam as conquistas alcançadas pelos parques patrimoniais e que lhes indiciam um futuro promissor enquanto instrumentos de projecto e gestão territorial caldeados com princípios de um desenvolvimento sustentável. Destas conclusões, ou lições, que é como alguns dos seus autores lhes chamam, importa aqui reter aquelas que apoiam a tese da adequabilidade da figura de parque patrimonial para dar resposta à demanda de muitas das nossas comunidades que outrora viveram dias de prosperidade e hoje se encontram mergulhadas em acelerado declínio económico e preocupantes crises identitárias.

Uma das lições é a de que os parques patrimoniais revelam-se um conceito inovador de preservação cultural, ao incorporar-lhe uma componente propositiva, tomando os valores patrimoniais como activos a partir dos quais se podem vir a obter benefícios económicos.

Outra lição, não menos relevante, diz respeito ao facto de os parques patrimoniais alicerçarem toda a sua estratégia na valorização dos recursos endógenos e no envolvimento dos *stakeholders*. Os estudos referidos confirmam que o primeiro e talvez mais importante passo para inverter cenários em crise consiste em reforçar a auto-estima das populações autóctones. Com efeito, os parques patrimoniais mais bem sucedidos são marcados por processos *bottom-up*, contando desde o início com a participação dos chamados *grassroots*, os amantes do território que se resistem a abandoná-lo e que se interessam, com espírito de militância, pelo seu futuro.

O retrato, ainda que breve, dos parques patrimoniais, não fica completo se não se fizer a ligação deste modelo de gestão territorial aos temas da paisagem e ao tema do turismo.

A própria definição de parque patrimonial, segundo os seus principais estudiosos remete de imediato para a noção de paisagem cultural. Introduzida por diversos geógrafos franceses e alemães do final do século XIX, adquiriu grau de maturidade e progressiva autonomia disciplinar a partir do trabalho do professor norte-americano da

Universidade de Bekerley, Carl Sauer, considerado 'o pai da geografia cultural'. No seu livro "A Morfologia da Paisagem" (1925), afirma, "a Paisagem Cultural é criada por um grupo cultural a partir de uma paisagem natural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem é o resultado". Deste modo Sauer vincula definitivamente a paisagem à acção humana, podendo entender-se a paisagem cultural como o registo desta acção sobre o território natural.

Os parques patrimoniais assumem este legado cultural da paisagem, bem como reflectem, na sua concepção, as preocupações das linhas de investigação focadas nas transformações da paisagem e respectivos impactos ecológicos. Ao conjugarem valores naturais e artificiais; ao resgatarem espaços tradicionais e antigas actividades, ao reencontrarem o ancestral equilíbrio entre homem e natureza, os parques patrimoniais assumem o repto lançado por proeminentes precursores da ecologia da paisagem: o de tornar as estruturas construídas em elementos de valorização e continuação dos processos naturais (Hough, 1995).

Em relação ao tema turístico, cabe salientar a aproximação dos parques patrimoniais aos interesses e preferência dos turistas, sem prejuízo de manterem-se fiéis ao rigor histórico, à autenticidade e à participação comunitária. Num projecto em curso na região centro de Portugal, o Parque Patrimonial do Mondego (Martins & Costa, 2008), a combinação de sistemas de informação geográfica com um guia inteligente (gerado a partir de um website e accionado por dispositivos móveis, tecnologia *wireless* e sistemas de navegação GPS) cria um interface de comunicação com o visitante que amplifica a experiência turística (Ryan, 1998). Estudos preparatórios deste projecto mostraram também como os parques patrimoniais apostam fortemente na imagem, no marketing e na internet como meios de posicionamento enquanto destino turístico (Martins & Costa, 2008).

Pese embora venham dando provas enquanto atracções turísticas, apresentando volume de entradas e receitas muito interessantes e com curvas de crescimento estáveis, os parques patrimoniais não constituem, pela sua natureza, genuínos projectos turísticos.

A marca do parque patrimonial é, em definitivo, a da afirmação identitária através da valorização dos recursos patrimoniais. Museus ou ecomuseus, hotéis e alojamentos, roteiros turísticos, bem como outras infraestruturas e serviços turísticos, que captam e fidelizam os turistas e, finalmente, os próprios turistas, chegam a seguir, no fim do processo. Às vezes demoram mesmo anos a chegar em quantidades expressivas, o que não impede que se possam vir a alcançar números surpreendentes. Assim o confirmam parques patrimoniais consolidados tanto nos EUA como na Europa, com números de visitantes a atingirem, ao final de cinco ou dez anos, as centenas de milhares de visitantes,

e a alcançarem muitas das vezes mesmo o meio milhão de visitantes, como acontece no *Parque Nacional de Lowell City* e em *Lackuana*, nos EUA, e no *Emsher Park* e no *Ecomusee Creuzot-Montceau-Les Mines*, na Europa.

Quando falamos de parques patrimoniais falamos de uma forma concreta de conversão de turismo cultural em produto turístico. No caso português estes produtos estão explicitados no Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT) como potencial serviço a disponibilizar aos turistas (Ministério da Economia e da Inovação, 2006). Com referência directa aos parques patrimoniais, o produto em questão é o *touring cultural e paisagístico*, produto esse que, segundo dados mais recentes, apresenta taxas de crescimento das mais elevadas (entre 5 e 10%) em comparação com outros produtos turísticos¹, bem como uma penetração de Norte a Sul do país que é também das mais elevadas. Ou seja, os parques patrimoniais inserem-se num segmento de mercado turístico em franca expansão.

Vale também a pena assinalar que o turismo cultural e ecoturismo são muito menos afectados pelo fenómeno da sazonalidade do que, por exemplo, o turismo balnear, apresentando uma distribuição mais equilibrada de entradas de turistas ao longo do ano. Para além disso, duma forma geral, constituem modalidades turísticas que requerem menos urbanização, menos edificação e menos infra-estrutura viária, logo, pressupõem menores impactos ambientais adversos

Podemos assim afirmar que os parques patrimoniais enquadram-se, indirectamente, na lógica do chamado *turismo sustentável*, aquele que observa os conhecidos princípios da *sustentabilidade*².

3. Alguns casos de referência

3.1. Parques temáticos

Disseminados um pouco por todo o mundo, os parques temáticos mais conhecidos mundialmente são os do Grupo Disney, quer os localizados nos EUA quer o construído mais tarde em Paris. Este não é o único caso de um parque “franchisado” fora de portas: o enorme êxito do Parque Temático *Legoland*, em *Bilund*, na Dinamarca, levou também a empresa a abrir parques semelhantes, primeiro em Inglaterra (*Windsor*) e depois na Califórnia (*Carlsbad*).

Na Península Ibérica contam-se algumas dezenas de parques temáticos. Em Espanha destacam os importantes *Port Aventura* (Salou), o *Mini-Hollywood* (Almeria) e o *Parque da Warner* (Madrid).

Em Portugal, numa escala bastante menor, merece referência o *Bracalândia*, um

parque familiar situado em Braga que se intitula “o maior parque de diversões de Portugal”, ocupando uma vasta área onde alternam os equipamentos de diversão – mais de 20 -, e os espaços verdes. Em Santa Maria da Feira, o *Visionarium* evoca o espírito inovador dos navegadores portugueses. Em Coimbra o *Portugal dos Pequenitos* apresenta miniaturas de edifícios, monumentos de Portugal e de antigas colónias portuguesas, assim como casinhas típicas de cada região, construídas numa escala adaptada às crianças. Em Albufeira, o *Zoomarine* é um parque oceanográfico de entretenimento educativo, de animação e de lazer. Na Quarteira, o *Aquashow* assume-se como o maior parque aquático de Portugal. De frisar que a distribuição geográfica não se limita aos principais aglomerados urbanos (Lisboa e Porto) ou turísticos (Algarve), apesar de se verificar alguma espacialização quando analisada a distribuição por categoria.

Numa pesquisa efectuada por Santos (2009) a 35 parques temáticos em Portugal – os quais foram catalogados em parques históricos, de fantasia e aventura, de carácter natural e os de Ciência e Tecnologia – verificou-se que os parques temáticos de carácter Natural são os de maior impacto e têm uma projecção transversal (25). Tratam-se de parques impulsionados por uma tentativa de regresso à natureza e às cidades-jardim. De seguida estão os parques temáticos de Ciência e Tecnologia (8), na sua maioria relacionados com a descoberta do desconhecimento ou dos elementos naturais. Os parques de Fantasia e Aventura são aqueles que têm uma maior vertente lúdica e economicista (7), estando situados em áreas turisticamente influentes. Por último temos os parques temáticos históricos que são apenas 4 em Portugal, apesar do passado histórico nacional e de termos um considerável património imaterial.

3.2. Parques patrimoniais

O sector dos parques patrimoniais apresenta, em Portugal, até ao momento, uma fraca expressão. Apesar de Portugal dispor de três paisagens culturais inscritas na lista de Património Mundial da Humanidade da UNESCO – Sintra, Vinhas dos Açores e o Alto Douro Vinhateiro – nenhuma delas está a ser gerida com recurso a um instrumento integrado e operativo, como seria o caso de um parque patrimonial.

Para se dar um exemplo da dificuldade quase endémica em Portugal gerir as suas paisagens e o seu património, recordemos o processo que resultou na inscrição do Alto Douro Vinhateiro e que suscitou, depois de diversas hesitações, a elaboração de um *plano intermunicipal*, figura do nosso ordenamento jurídico raras vezes utilizada. O plano foi elaborado como resultado das exigências da UNESCO, que recomendou à comissão de candidatura uma planificação integrada do território (Curado, 2003). Depois de várias vicissitudes, o plano foi feito, aprovado e publicado, contudo, passados já vários anos, na prática mal se reconhece a sua implementação. Aparentemente as paisagens do

Douro continuam a ser geridas de modo desarticulado e, para não ir mais longe, as rotas turísticas têm fraca visibilidade e uma previsível baixa rentabilidade. Nos últimos anos tem vindo a ouvir-se cada vez mais vozes de descontentamento dos residentes, que ficam literalmente a ver passar os barcos de turismo, repletos de turistas que vão e voltam, às vezes no mesmo dia, limitando-se a visitar uma ou outra quinta de vinho do Porto, onde por vezes fazem uma refeição, e que pouco ou nada acrescentam às populações locais, nem financeiramente, já que as receitas são recolhidas pelas companhias e agência de promoção turística sediadas na cidade do Porto, nem ao nível das trocas interculturais e da partilha, pois mal chegam a contactar com elas. Apesar de algumas experiências e investimentos bem conseguidos, como a Quinta da Casa Amarela e a Quinta da Pacheca (Lignon-Darmaillac, 2008), que merecem registo, é consensual que falta ainda muito por fazer e por explorar no alto Douro Vinhateiro. A ideia de que falta um instrumento agregador, quer ao nível do projecto do território, do marketing e do desenho de rotas turísticas, quer ao nível da gestão, parece ganhar consistência à medida que aumenta a concorrência de outras regiões vinícolas nos países vizinhos, como *la Rioja* ou a região da Alsacia (Lignon-Darmaillac, 2008).

Este exemplo do Douro, aqui analisado de forma simplificada, e sem referência à intrincada rede de jurisdição territorial que tradicionalmente bloqueia a operatividade do planeamento em Portugal, serve também para colocar a nu as fragilidades do nosso sector turístico, bem como as ineficiências na gestão das paisagens, mesmo nos casos em que está acima de qualquer dúvida o respectivo valor patrimonial. Este exemplo confirma a desadequação do quadro normativo do ordenamento face ao desenvolvimento local, salientando-se a ausência de instrumentos de gestão territorial que viabilizem a preservação activa e a revitalização social e económica das paisagens culturais.

À falta de experiências consolidadas de parques patrimoniais em Portugal apresentam-se duas, uma em fase de implementação, e outra em fase de projecto; a primeira assemelha-se a um parque patrimonial pela sua natureza, pelo seu vínculo aos recursos locais e pela vontade em proporcionar serviços educativos, de lazer e de turismo. A segunda vem ganhando forma através de um aturado trabalho pluridisciplinar e filia-se em experiências bem sucedidas de parques patrimoniais, atendendo às lições aprendidas com estes parques e aos estudos sobre eles realizados (já aqui referidos).

O Parque Mineiro da Cova dos Mouros, localizado em Vaqueiros, no Algarve, surgiu de uma velha mina de cobre e ouro. Proporciona um circuito pedestre em redor das antigas minas, além de reconstituições históricas, desde há 5 mil anos até ao início do século XIX. Neste passeio, o visitante, pode ainda conhecer uma aldeia primitiva e um forte, datados de 2500 A.C..

O Parque Patrimonial do Mondego (PPM), localizado entre o Porto da Raiva-

Penacova (Norte de Coimbra) e a Figueira da Foz, propõe-se revalorizar e revitalizar uma paisagem cultural que é parte de duas regiões - Baixo Mondego e Pinhal Interior Norte -, as quais ocupam 4679Km² e têm 478.885 habitantes, correspondendo ao PPM uma área de 281,93Km² (6%).

O PPM aposta num conceito de património abrangente e inclusivo, o que implica, desde logo, o envolvimento das comunidades autóctones, de modo a tornar a reabilitação da paisagem num projecto colectivo. Por esta razão foi já iniciado um Fórum Local junto das populações ribeirinhas (trabalho executado com a colaboração de estudantes e professores da Escola Superior de Educação de Coimbra). Propondo um novo mapa do território, dinâmico e flexível, conformado por um conjunto criteriosamente seleccionado de recursos patrimoniais e de centros de interpretação e ecomuseus, a oferta do PPM toma forma através de um sistema integrado de roteiros, os quais são simultaneamente pedagógicos, lúdicos e turísticos.

O conceito-chave para ler o território do PPM é o de *paisagem cultural* - a que assinala as marcas da acção humana, sobretudo as marcas das actividades laborais. A exemplo de outros parques designados como fluviais (Casas, 1999; 2004), o trabalho de investigação que conduziu ao projecto do Parque Patrimonial do Mondego parte da hipótese da persistência do rio como matriz geográfica e cultural do território.

O conhecimento da paisagem cultural pressupõe uma muito especial atenção ao património intangível, que é porventura aquele sobre o qual dispomos de menos informação. A reinterpretção da paisagem cultural passa pelas recolhas etnográficas, por ver e ouvir as populações locais, descobrir os últimos representantes de um saber consuetudinário.

A investigação em curso para o Mondego terá como um dos seus outputs um mapa-síntese com delimitação da área de intervenção, sinalização de um conjunto de recursos patrimoniais e de centros de interpretação e o desenho de roteiros.

3.3. Distribuição de parques temáticos e patrimoniais na União Europeia

Existem na Europa 1001 parques temáticos - desde zoológicos, parques de diversões, aquaparcos, espaços naturais e aquários. A França é a campeã de parques temáticos (420), seguida pelo Reino Unido (103). Por outro lado, existem pelo menos 25 parques patrimoniais; a maioria deles na Alemanha (7), Espanha (6) e Reino Unido (5).

Em média existe 1,7 parques temáticos por cada milhão de habitantes, enquanto que apenas se registam 0,04 parques patrimoniais por cada milhão de habitantes. Dispondo de um tão elevado número de parques, é normal que a França seja o país com mais parques

por habitante: 6,5 parques / milhão de habitantes, praticamente todos temáticos.

Analisando a figura 1, verifica-se uma relação directa entre a população de um país e o respectivo número de parques, principalmente temáticos. A Alemanha, França, Reino Unido e Espanha concentram 45,5% da população europeia e 69% dos parques (708).

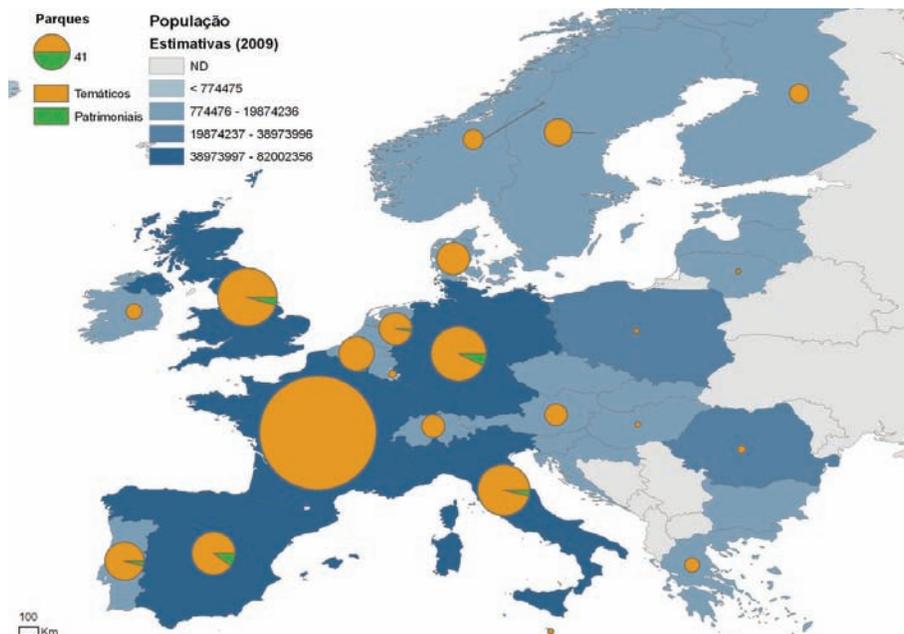


Figura 1. População e parques por tipologia e por país europeu.

Fonte: Eurostat; InfoParks.

Quadro 1. População e número de parques por país Europeu.

País	População	PIB per capita	Parques Temáticos	Parques Patrimoniais	Parques Temáticos	Parques Patrimoniais
	Total (2009)	(EU-27=100) (2008)	Total	Total	Rácio por 1.000.000 habitantes	
Bélgica	10.750.000	113.9	39		3,6	0
Bulgária	7.606.551	40.2			0,0	0
Rep. Checa	10.467.542	80.1			0,0	0
Dinamarca	5.511.451	118.4	34		6,2	0
Alemanha	82.002.356	116.1	88	7	1,1	0,09
Estónia	1.340.415	68.2			0,0	0
Irlanda	4.450.014	136.6	8		1,8	0
Grécia	11.260.402	93.9	7		0,6	0

Espanha	45.828.172	103.4	53	6	1,2	0,13
França	64.350.759	107.4	420	1	6,5	0,02
Itália	60.045.068	100.5	81	3	1,3	0,05
Chipre	796.875	94.7			0,0	0
Letónia	2.261.294	55.8			0,0	0
Lituânia	3.349.872	61.1	1		0,3	0
Luxemburgo	493.500	271.4	2		4,1	0
Hungria	10.030.975	62.8	1		0,1	0
Malta	413.609	75.5	1		2,4	0
Holanda	16.485.787	135.0	33	1	2,0	0,06
Áustria	8.355.260	123.2	16		1,9	0
Polónia	38.135.876	57.6	1		0,0	0
Portugal	10.627.250	75.5	45	2	4,2	0,19
Roménia	21.498.616	45.8	2		0,1	0
Eslovénia	2.032.362	90.7			0,0	0
Eslováquia	5.412.254	71.9			0,0	0
Finlândia	5.326.314	115.1	12		2,3	0
Suécia	9.256.347	121.5	24		2,6	0
Reino Unido	61.634.599	117.2	103	5	1,7	0,08
Croácia	4.435.056	63.1			0,0	0
Turquia	71.517.100	45.5			0,0	0
Islândia	319.368	119.8			0,0	0
Liechtenstein	35.589	0,0			0,0	0
Noruega	4.799.252	190.2	13		2,7	0
Suiça	7.701.856	141.6	17		2,2	0
Total	588.531.741	0	1001	25	1,7	0,04

Fonte: Eurostat; InfoParks.

Uma vez que a maioria dos parques são geridos por grandes companhias, poder-se-ia supor uma correspondência entre o PIB *per capita* de cada país e o número de parques (figura 2). No entanto, tal não é perceptível na análise realizada, uma vez que a escala europeia uniformiza a falta de equidade territorial de indicadores como a população e a riqueza. Para que se tenha uma ideia, aponte-se o caso do Luxemburgo que sendo o país europeu com o PIB *per capita* mais alto apresenta apenas dois parques temáticos³.

É também de referir que é nos países onde o processo de industrialização foi mais precoce e mais intensivo onde encontramos maior concentração de parques patrimoniais. Tal facto explica também a predominância, nestes parques, dos temas industriais.

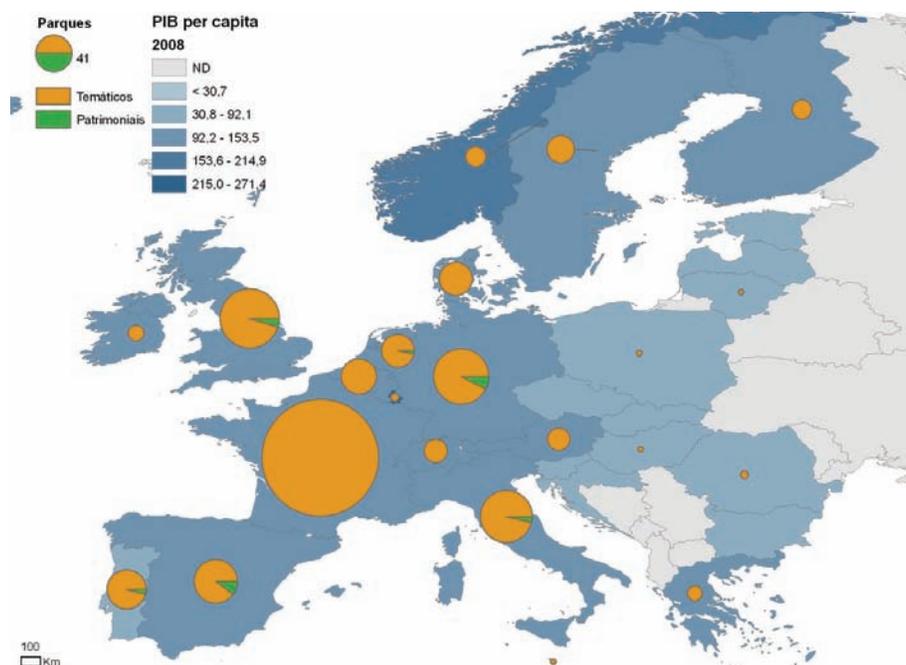


Figura 2. Produto Interno Bruto *per capita* e parques por tipologia e por país europeu.
Fonte: Eurostat; InfoParks.

4. Avaliação da sustentabilidade e do desempenho ambiental, social e económico

O turismo é, muitas vezes, criticado pelos impactos socioculturais negativos que causa nas comunidades locais, principalmente nas de menor dimensão e nas mais tradicionais (OMS, 1993). No entanto, o impacto dos parques, temáticos ou patrimoniais, é distinto, tanto no território em que se insere como no envolvimento com a comunidade local, encerrando em si próprio os factores que distinguem ambos os tipos de parques (quadro 2).

Quadro 2. Caracterização geral dos parques temáticos e dos parques patrimoniais.

Áreas de análise	Parâmetros de análise	Parques Temáticos	Parques Patrimoniais
Temas, público alvo e comunidade	Temas para abordagem	Espacializa a fantasia e o ludismo.	Espacializa a história e a identidade local.
	Destinatários	Orientado para o turismo de massas e de mercado.	Procura turistas culturais e oferece os produtos touring cultural e paisagístico, turismo de natureza e turismo rural.
	Tipo de cultura	Utiliza a cultura popular transnacional (ex.: Disneylândia).	Espectaculariza a cultura local. Fabrica natureza ou cultura para ser vista.
	Participação da comunidade	Nula.	Forte. Normalmente o envolvimento com a comunidade local acontece desde o arranque e mantém-se constante
	Estudos locais	Nulos ou superficiais, o suficiente para criar um pano de fundo histórico nostálgico e embevededor	Promoção do estudo da História local das transformações das paisagens culturais Criação de unidades de investigação e de centros de centros de interpretação
	Interacção Turistas / Residentes	Nula ou muito rara, limitando-se a relações comerciais e de serviços.	Elevada, podendo envolver acções de educação ambiental e patrimonial e a participação em actividades do quotidiano.
	Ligações institucionais	Apenas para efeitos de licenciamento.	Forte. Em geral, as instituições locais de administração, educação e património associam-se.
Funções, modelos, gestão e impactos	Relação com os espaços de exibição e produção	Conflitos com os museus. Não se articula com qualquer tipo de produção local.	Integra os já existentes e propõe novos, bem como ecomuseus e centros de interpretação e de difusão e produção cultural e científica.
	Modelo de referência	Centros Comerciais.	Parque naturais e ecomuseus.
	Sustentabilidade	Forte impacto ecológico (medido em emissões de CO ₂), desde a construção ao uso e ao desmantelamento Produção desmesurada de resíduos. Gasto energético excessivo e com base a combustíveis fósseis	Baixo impacto ecológico, dado que assenta na reutilização de infra-estruturas e edifícios pre-existentes. Produção mínima de resíduos. Gasto energético moderado; incentivo á utlização de energias renováveis
	Propriedade e gestão	Privados, Grandes corporações.	Tem, geralmente, carácter comercial e privado ou semi-público.

Áreas de análise	Parâmetros de análise	Parques Temáticos	Parques Patrimoniais
Localização e infraestruturas	Localização	Periferia urbana, próximo a grandes infra-estruturas rodó e ferroviárias.	Variável, do centro urbano até às paisagens que circundam as cidades ou acompanham os rios.
	Factores de Localização	Terrenos baratos e a acessibilidade.	Presença de valores naturais e culturais, capacidade de carga e mobilidade.
	Nº visitantes	Milhões.	Dezenas ou centenas de milhares.
	Afectação das infra-estruturas locais	Melhoria de infra-estruturas rodoviárias no local de implantação, embora possa significar uma sobrecarga em época alta.	O numero moderado de visitantes e a baixa sazonalidade não obrigam a grandes investimentos, os quais canalizam-se, para a recuperação e reactivação de meios e vias de transporte antigas e tradicionais.
(Continuação)			
Modelo de Gestão	Origem	Parques de Atracções.	Recuperação de áreas industriais e mineiras desactivadas ou em declínio.
	Promotores e capital de investimento	Privado, de risco, de grandes corporações.	Parcerias publico-privados, fundos de cooperação e incentivos publicos, Administrações locais e regionais e pequenos e médios investidores locais.
	Marketing	Agressivo, incluindo uso dos media, de escala global.	Moderado, com forte recurso a publicidade institucional e mais recentemente, à internet; escala regional/materiais
Dimensões imateriais	Dimensões do lazer presentes *	Recreio e Diversão	Recreio, Diversão e Desenvolvimento
	Dimensão do antropológica do lugar **	Não lugares; ligados a um mundo provisório, apenas criam contratualidade solitária	Lugares antropológicos, identitários, relacionais e históricos; criam sociabilidade

Fonte: Elaboração própria, a partir de Braun, 1999/2000; Ferreira, 2005; Sabaté, 2004; Bustamonte, 2004; Clavé, 1999; Dumazedier 1997, Augé, 1994.

* Na acepção de Dumazedier. ** Na acepção de Marc Augé.

Comparando a integração paisagística de dois parques, um temático - o *Port Aventura* – e um patrimonial - o *Parc Agrari Del Baix Llobregat* -, verifica-se que o primeiro surge como um elemento novo, artificial, delimitado, de escala indiferente à morfologia da paisagem em que se localiza, forçadamente apenso a esta e desligado da sua evolução. Por seu lado, o segundo ganha forma através da incorporação de elementos da paisagem

pré-existentes – caminhos antigos, terrenos agrícolas, unidades fabris, moinhos, canais e outros caminhos de água - confundindo-se com os seus rasgos mais significativos e assimilando as suas transformações (figuras 3 a 6).

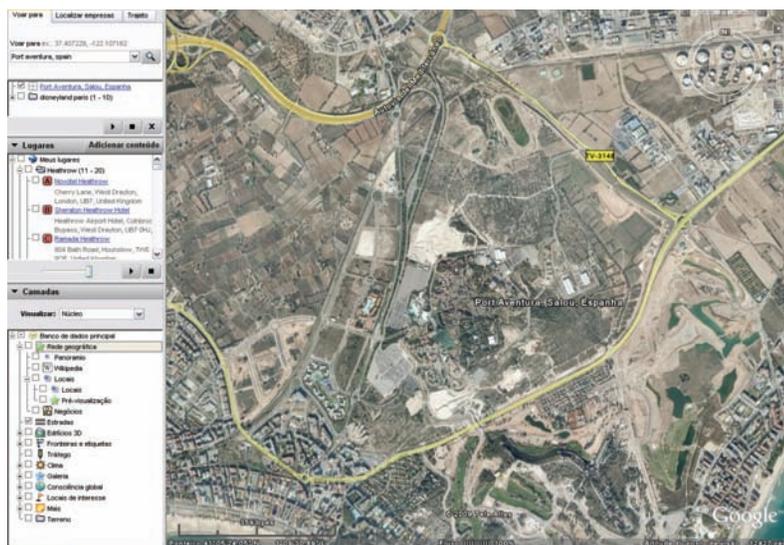


Figura 3. Exemplo de um Parque Temático. Port Aventura, Espanha.
Fonte: www.GoogleEarth.com

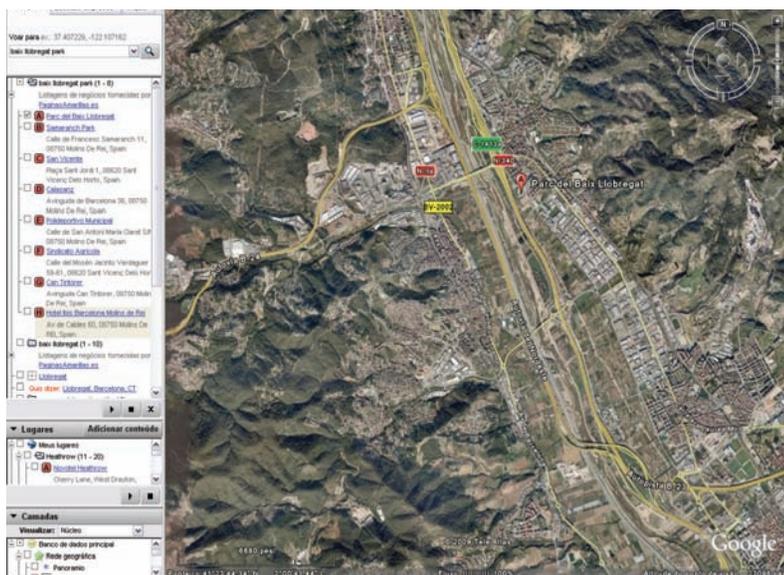


Figura 4. Exemplo de um Parque Patrimonial. Parc Agrari Del Baix Llobregat, Barcelona Fonte: www.GoogleEarth.com.



Figura 5. Exemplo de um mapa de um Parque Temático. Bracalândia, Braga
 Fonte: www.pensarpenafiel.blogspot.com.

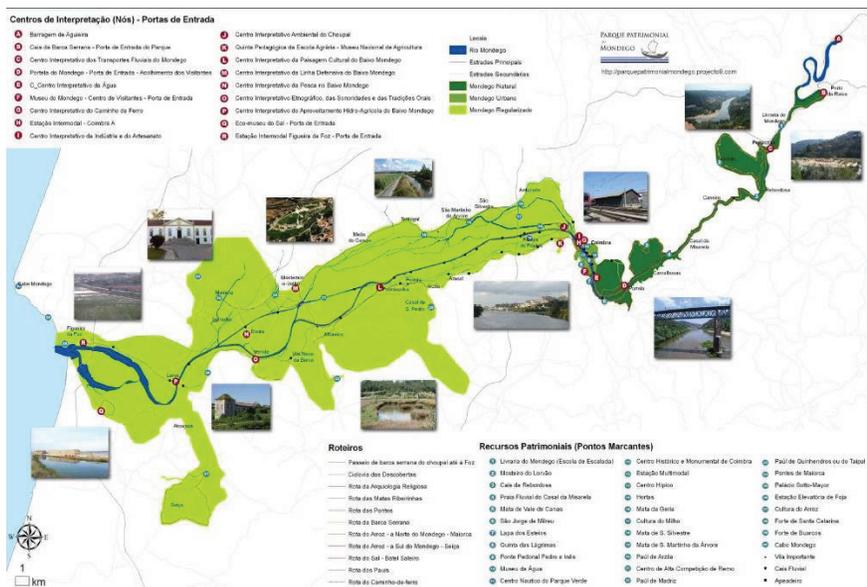


Figura 6. Exemplo de um mapa de um Parque Patrimonial. Parque Patrimonial do Mondego, Coimbra – Figueira da Foz | Fonte: www.parquepatrimonialmondego.com/.

A grande maioria dos estudos aos parques temáticos foca-se nos impactos positivos no emprego, receitas, desenvolvimento local e crescimento da economia local (Braun, 1999/2000). De facto, estes geram receitas bastante elevadas e têm um investimento em

infra-estruturas e novas atracções também bastante elevado (quadro 3).

Quadro 3. Impactos dos parques temáticos e dos parques patrimoniais

	Parques Temáticos	Parques Patrimoniais
Impactos Ambientais		
Positivos	Empreendedores turísticos investem em medidas de protecção da natureza.	Recuperação de áreas degradadas ou contaminadas. Criação de planos e programas de preservação e valorização de paisagens culturais; Convívio directo e respeitoso com a natureza
Impactos Económicos		
Positivos	Aumento do rendimento dos habitantes; Criação de empregos; Modificação positiva da estrutura económica; Industrialização básica da economia regional; Crescimento da economia local.	Criação de empregos e de oportunidades para a criação de pequenos negócios; Modificação positiva da estrutura económica; Crescimento sustentado da economia local.
Negativos	Custos de oportunidade; Dependência excessiva do turismo; Inflação e especulação imobiliária; Sazonalidade da procura turística; Modificação negativa da estrutura económica; Necessidade de novas Vias de acesso; Acidentes.	Custos de oportunidade. Período de retorno dos investimentos bastante dilatado - Dificuldade em rentabilizar antigas actividades de forte carácter tradicional e identitário.
Impactos Socio-culturais		
Positivos	Modificação positiva da estrutura social; Melhoria provisória da qualidade de vida para alguns estratos sociais mais baixos e sem qualificações (emprego precário)	Modificação positiva da estrutura social; Aumento dos níveis culturais e profissionais da população; Valorização do artesanato; Valorização da herança cultural; Orgulho étnico; Valorização e preservação do património histórico. Envolvimento directo das comunidades. Melhoria da qualidade de vida e aumento auto-estima-confiança-.
Negativos	Alterações na moralidade; Movimento intenso; Conflitos; Prostituição; Crime; Descaracterização do artesanato; Vulgarização das manifestações culturais; Arrogância cultural; Destruição do património histórico. Massificação da cultura.	Movimento intenso. Descaracterização de algumas tradições e lugares e bens ou serviços por adaptação ao turismo e para ir de encontro ao interesse dos visitantes.

Fonte: Elaboração própria, a partir de Braun, 1999/2000; Ferreira, 2005; Sabaté,2004; Bustamonte,2004; Clavé, 1999.

No entanto, comparando as receitas de um parque temático e os gastos dos visitantes na área do parque, verificou-se que, enquanto que num parque onde a maioria dos visitantes está numa viagem de três a mais dias, este é duas vezes superior àquele, num parque em que a maioria dos visitantes está ali apenas por um dia é menos de metade o gasto realizado pelos visitantes nas infra-estruturas existentes em redor do parque (Dybedal & Engebretsen, 1996; Braun, 1999/2000). Por estarem associados ao conceito de “locais de consumo”, os parques temáticos são também um factor importante no desenvolvimento urbano (Finn & Erdem, 1995). Nesse sentido, ao nível do emprego, os benefícios gerados pelos parques temáticos não são negligenciáveis, dado o grande número de postos de trabalho directos e indirectos que criam. Contudo, há que não esquecer que se trata, na sua maioria de emprego precário e sazonal, aceite por estudantes (Dybedal & Engebretsen, 1996; Clavet, 1994). Convém ter também presente que mesmo os bens de consumo são, na sua maior parte importados (Clavet, 1999) e os lucros gerados, como vão parar às mãos das grandes corporações, proprietárias dos parques, são encaminhados para outros destinos, distantes.

5. Análise comparativa, quantitativa e qualitativa entre as duas tipologias quanto à sustentabilidade e ao turismo

Como Perret e Teyssansier (2001) referem, o turismo sustentado deve ter em conta três dimensões: 1) preservação dos recursos, 2) desenvolvimento local e 3) ética – retorno/partilha.

Um pouco por todo o mundo, mas particularmente no espaço europeu, a revitalização económica de áreas em declínio passa, em boa medida, pela aposta no lazer. Neste campo registamos, por um lado, a proposta massificadora, estereotipada e consumista oferecida pelos parques temáticos - e que tem nos parques da Disney o seu paradigma.

Embora geradores de receitas avultadas, os parques temáticos acarretam impactos ambientais importantes. Estes começam no momento da preparação do terreno, com os gigantescos movimentos de terra, e prolongam-se durante a exploração do parque, devido ao elevado consumo que lhe está associado, com a conseqüente produção de resíduos e de emissões com gases de efeito de estufa.

Por outro, temos os parques patrimoniais, iniciativas calcadas na cultura autóctone, na paisagem e nos recursos endógenos. Neste contexto, eco-museus e parques patrimoniais têm vindo a assumir-se como estratégias de desenvolvimento sustentável à escala local e regional.

Os parques temáticos revelam ser projectos de curto horizonte temporal, dissociados da cultura, dos recursos patrimoniais, dos agentes económicos e das comunidades

locais. Projectos autónomos e centrados em si próprios, auto-suficientes, excluem uma qualquer visão territorial estratégica e estão claramente dominados por preocupações economicistas.

Por seu lado, os parques patrimoniais apresentam-se como projectos duradouros, integrados em uma visão de desenvolvimento local e regional. Revelam-se também como figuras agregadoras dos recursos patrimoniais locais, os quais toma como activos para um novo impulso económico. Projectos capazes de promover a valorização dos ecossistemas e a biodiversidade, bem como a coesão social, através do forte envolvimento dos *stakeholders*, os parques patrimoniais actuam como motores da economia de escala local ou regional, através da criação de parcerias público-privadas e de ligações institucionais sólidas.

Com respeito ao turismo, os parques patrimoniais constituem-se, até por definição, em atracções de primeira linha, captando turistas culturais e eco-turistas, em número moderado e que, por norma, consomem menos e actuam de modo mais responsável, gerando menores impactos ambientais e sociais adversos.

Ainda que ambos parques temáticos e patrimoniais actuem por vezes, forçosamente, na mesma área de negócio - o lazer - se retomarmos o já clássico axioma de Dumazedier sobre "as dimensões do lazer", a dicotomia entre uns e outros parques apresenta-se com extraordinária clarividência. À primeira das dimensões, *o recreio*, e à segunda, *o divertimento*, ambas bem exploradas nos parques temáticos, os parques patrimoniais juntam a terceira, a do *desenvolvimento*, assumindo-a, isso sim, como um repto. Note-se que não estamos a referir-nos a um desenvolvimento económico, o qual obviamente, também está presente nos projectos de parques temáticos. Trata-se, na acepção de Dumazedier (1977) de um "desenvolvimento da personalidade", ou seja, do indivíduo. Através de uma "participação social mais alargada", este liberta-se de amarras práticas e técnicas e sente-se encorajado a adoptar uma atitude mais crítica. Actualizando e complementando, tanto quanto possível, as palavras de Dumazedier, acrescentaríamos: uma atitude mais responsável. Assim às preocupações pessoais de aprendizagem ao longo da vida (Dumazedier, 1977) compete ao indivíduo, no quadro do exercício do *lazer*, adicionar as preocupações com a preservação do ambiente, das paisagens culturais e da coesão da sociedade em que se insere.

Neste palco de inquietações, neste teatro em que encena o desenvolvimento do território e das transformações das paisagens, os papéis desempenhados por parques temáticos e parques patrimoniais são necessariamente antagónicos. Para melhor exprimir esta ideia, pensemos que nos acontece com relação aos personagens rivais de um filme ou de um romance que acompanhamos, em que, sentindo-nos atraídos por ambos, hesitamos antes de nos inclinarmos para um ou para o outro, mesmo sabendo

que só um deve prevalecer, só um nos pode satisfazer o desejo de justiça. Também com relação a parques temáticos e parques patrimoniais não podemos nem devemos confundi-los, sobretudo naquilo representam para nós e para a nossa sociedade, para a nossa economia local, e para o nosso ambiente, ainda que ambos nos transmitam e proporcionem momentos de prazer, baseados na recreação e no divertimento.

6. Conclusões e perspectivas

Os parques patrimoniais representam hoje em dia o que de mais avançado se pode fazer ao nível da gestão das paisagens culturais, *paisagens vivas e evolutivas*, como lhes chama a UNESCO, apresentando ferramentas de trabalho que propiciam novas opções, de longa duração para áreas em declínio mas que se apresentam repletas de valores patrimoniais.

Da análise do panorama português, verificamos que o território nacional, em termos de escala, de autenticidade cultural, em termos de infra-estruturas aero-portuárias, e face à políticas oficial de apoio ao produto turístico *touring* cultural e paisagístico, apresenta um clara vocação para a criação e difusão de parques patrimoniais, em detrimento dos parques temáticos.

Uma outra conclusão a que se chega, tanto pela revisão da literatura, como pelos dados recolhidos e pela experiência própria em curso, é de que estes dois tipos de parques não pertencem à mesma família, pese embora partilhem o termo parque. Dito de outra forma, parques temáticos e parques patrimoniais não constituem alternativas de ocupação territorial para o mesmo tipo de problemas ou ambições, pelo que não se verificam casos em que os promotores tenham que fazer uma escolha entre estes dois tipos de parques. Confirma-se também que os benefícios que se podem extrair de um e de outro não são coincidentes nem comparáveis. Idêntico raciocínio pode ser aplicado aos aspectos negativos que podem sobrevir. Assim, as receitas no curto prazo, dos parques temáticos, ainda que volumosas, não justificam os impactos adversos correspondentes, ao passo que a vindicação aos recursos patrimoniais locais patenteada pelos parques patrimoniais pode não assegurar uma resposta suficiente ao problema do desemprego e fazer face, em tempo útil, às deprimidas economias locais.

Haverá que, portanto, em cada caso, ponderar os prós e os contras, sendo certo que a presença de parques temáticos e parques patrimoniais não se apresenta como incompatível, tal como não é incompatível co-existirem *shopping centers* e museus ou eco-museus, com tudo o que a analogia possa ter de forçado.

Mais do que uma discussão algo redundante e previsível sobre qual tipo de parque nos dá mais lucros ou mais educação ambiental e patrimonial, o que parece estar em causa

é: qual a palavra de confiança, que nível de autonomia queremos dar às comunidades locais? E, concomitantemente, qual o sinal sobre onde estamos a investir os nossos recursos e sobre os recursos que estamos a valorizar lhes queremos transmitir; que testemunho, que herança cultural lhes queremos deixar?

Bibliografia

a) Livros:

- Augé, M. (1994). *Não-lugares: introdução a uma antropologia da modernidade*. Lisboa: Bertrand.
- Braun, M. (2000). *The economic impact of theme parks on regions*. NEURUS. UCI-WU.
- Rivière, G.H. (1976) CRACAP informations n°2/3.
- Bustamante, L. P. & Ponce, C. P. (2004). Paisajes culturales: el parque patrimonial como instrumento de revalorización y revitalización del Territorio. *Theoria* 13, 9-24.
- Casas, P. V. (2004). La recuperación del paisaje cultural como un proceso abierto: el caso del Parque Fluvial Colonias del Llobregat. Ciudad y Territorio. *Estudios Territoriales*, 36 (140).
- Caselhas, A. Anton Clavé, Salvador (2007). The global park industry. *Biblio 3W Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, 12 (765). ISSN 1138-9796 Consultado em 29 de Julho de 2009, <http://www.ub.es/geocrit/b3w-765.htm>.
- Clavé, S. A. (1999). El desarrollo de parques temáticos en un contexto de globalización. *Boletín de la A.G.E.*, 28, 85-102.
- Costa, C. & Martins, N. (2008). O papel dos SIG's na concepção e gestão de parques patrimoniais - o caso do parque Patrimonial do Mondego. In Actas do ESIG 2008 (Encontro Ibérico de Utilizadores de Sistemas de Informação Geográfica) – CD. Lisboa: ESIG.
- Curado, M.J. (2003). *O planeamento e a gestão das paisagens culturais – Alto Douro Vinhateiro: contributos e aplicação*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade do Porto.
- Dumazedier, J. (1977). *Vers une civilization du loisir?* Paris: Seuil.
- Dybedal, P. & Engebretsen, O. (1996). Theme parks in Norway 1995. Market situation and Economic Impact. *TOI report*, 321 (I-v.) Oslo.
- Finn, A. & Erdem, T. (1995). The economic impact of a mega-multi-mall. Estimation issues in the case of West Edmonton Mall. *Tourism Management* 24 (5), 367-373.
- Frenchman, D. (2005). Declaración de Dennis Frenchman ante el subcomité de parques

- nacionales, en el Senado de Estados Unidos, *Ensayos*, 1, 34-48. Laboratorio Internacional de Paisajes Culturales.
- Hough, M. (1995). *Naturaleza y ciudad*. Barcelona: Gustavo Gili.
- Jones, C. & Robinett, J. (1998). The future of theme parks in international tourism. Economics Research Associates.
- Knafou, R. (1996). Turismo e território. Por uma abordagem científica do turismo. In: A. B. R. Adyr (org.). *Turismo e geografia. Reflexões teóricas e enfoques regionais* (pp. 62-74). São Paulo: HUCITEC.
- Lignon-Darmaillac, S. (2008). *L'émergence enotouristique en France et au Portugal, de nouveaux itinéraires touristiques viticoles. Enoturismo e turismo em espaço rural*. Maia: ISMAI.
- Lista, A. & Sabaté Bel, J. (eds.) (2001). *Projectant l'Eix del Llobregat : paisatge cultural i desenvolupament regional - designing the Llobregat Corridor: cultural landscape and regional development*. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya; Massachusetts Institute of Technology.
- Luque, I. (2004). ¿Proyectos patrimoniales o turísticos? Heritage o turistic projects? *Turismo y Sociedad*, 6 (3). Bogotá. Consultado em 29 de Julho de 2009.
- Lynch, K. (1960). *The image of the city*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press.
- Perret, J. & Teyssansier, J. (2001). Quelques propositions pour piloter le tourisme durable dans les territoires et les entreprises. Seminário de Investigação em Turismo, Escola de Turismo do Estoril.
- Ryan, C., Ed. (1998). *The tourist experience: a new introduction*. London: Cassel.
- Sabaté, J. (2004). De la preservación del patrimonio a la ordenación del paisaje. *Ambiente Digital*, 98, 1-10.
- Sabaté, J. (2004). *Patrimonio y proyecto territorial, Colonias, Sèquia de Manresa y Delta del Llobregat*. Barcelona: Disputació de Barcelona.
- Santos, T. (2009). Os parques temáticos históricos como preservadores do património imaterial. In *5ª Cidade. Cidades, Cultura Urbana e Reabilitação*. Junho.
- Sauer, C. (1925). The morphology of landscape. *Geography*, 2, 19-54; University of California Publications.
- Shuster, M. (2004). Ocho lecciones, quatro etapas y un secreto. *Patrimonio y Proyecto Territorial*, 63-74. Colonias, Sèquia de Manresa y Delta del Llobregat, Disputació de Barcelona.
- UNESCO (1973). Nouvelle museologie declarations, *Museum* 24 (3), Paris: UNESCO.
- World Tourism Organization (2009). Home page. Consultado em 29 de Julho de 2009,

<http://www.world-tourism.org/>.

World Tourism Organization (1993). *Sustainable tourism: guide for local planners*. Madrid: Tourism and the Environmental Publication.

Zuchi, P & Barleto, J. (2002). Opções de lazer, entretenimento e desenvolvimento: parques temáticos. *Revista Turismo*, Outubro. Consultado em 29 de Julho de 2009, <http://www.revistaturismo.com.br/artigos/parquestematicos.html>.

Notas

1 Embora o PENT não faça qualquer referência a eles, segundo a Organização Mundial de Turismo, os Parques Temáticos apresentam-se como um dos segmentos de mercado mais importantes no âmbito do turismo de natureza e ao turismo cultural (OMT, 2000).

2 É necessário ter em conta o reduzido tamanho deste país, bem como a sua forte acessibilidade com relação aos países vizinhos, factores que certamente também explicam o por que ser “menos apetecível” para as grandes companhias.

Correspondência

Nuno Martins

Escola Superior Artística do Porto (ESAP)

Lar de S. Domingos, 80

4050-545 Porto

anunomartins@sapo.pt

Cláudia Costa

Rua Pedro Rocha, 7, 2º,

3000-300 Coimbra

claudiampcosta@gmail.com

